



Textos para Discussão

AS DROGAS E A VIOLÊNCIA

Equívocos e evidências



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República
Jair Bolsonaro

Ministro da Saúde
Luiz Henrique Mandetta

Secretaria-Executiva
João Gabbardo dos Reis

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz
Nísia Trindade Lima

SAÚDE AMANHÃ

Coordenação geral
Paulo Gadelha

Coordenação Executiva
José Carvalho de Noronha

Coordenação Editorial
Telma Ruth Pereira

Apoio técnico
Natalia Santos de Souza Guadalupe

Normalização bibliográfica
Monique Santos

Projeto gráfico, capa e diagramação
Robson Lima — Obra Completa Comunicação

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Saúde Amanhã, disseminando informações sobre a prospecção estratégica em saúde, em um horizonte móvel de 20 anos.

Busca, ainda, estabelecer um espaço para discussões e debates entre os profissionais especializados e instituições do setor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade das autoras, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fiocruz/MS.

O projeto Saúde Amanhã é conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030”/Fiocruz.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

URL: <http://saudeamanha.fiocruz.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Z22d Zaluar, Alba

As drogas e a violência: equívocos e evidências/ Alba Zaluar. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

22 p. – (Textos para Discussão; n. 42)

Bibliografia: p. 21-22.

I. Drogas. 2. Violência. 3. Agenda 2030. 4. Brasil. I. Zaluar, Alba. II. Fundação Oswaldo Cruz. III. Título. IV. Série.

CDU: 343.976:316.48

Textos para Discussão
Nº 42

AS DROGAS E A VIOLÊNCIA

Equívocos e evidências

Discussão da agenda 2030, dentro do objetivo 3.5:

“Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool”.

Alba Zaluar

Documento apresentado durante o Seminário sobre Abuso de Substâncias,
realizado em 21 de novembro de 2019, na Fiocruz.

Rio de Janeiro, março 2020

AUTOR

Alba Zaluar

Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965), doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (1984). Foi professora titular de Antropologia do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro onde fundou e coordenou o Núcleo de Pesquisa em Violências (NUPEVI). Professora visitante no IESP/ UERJ.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação | 7 |
| As Drogas e a Violência: equívocos e evidências | 9 |
| Referências Bibliográficas | 21 |

APRESENTAÇÃO

FRANCISCO INÁCIO BASTOS, Lis/Icict/Fiocruz

JOSÉ CARVALHO DE NORONHA, Coordenador Executivo
da Iniciativa Brasil Saúde Amanhã/Fiocruz

De acordo com o *Relatório Mundial sobre Drogas* da UNODC (UNODC, 2019) e diversos estudos sobre carga de doença que abordam a inter-relação entre álcool, tabaco (Peacock et al., 2018) e uso prejudicial/não terapêutico de diferentes medicamentos com ação sobre o SNC (Jordan et al, 2017) (como opioides, benzodiazepínicos etc.), a questão do uso prejudicial/dependente das mais diversas substâncias psicoativas constitui hoje um problema de saúde global.

O tema mereceu destaque entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da área da saúde, aprovados em 2015 por representantes de 189 países, que colocaram o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza como alvos prioritários, por intermédio de 17 Objetivos e 169 metas, que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda consiste em uma ferramenta para orientar esforços direcionados ao alcance do desenvolvimento sustentável. Busca-se o equilíbrio entre a prosperidade humana e a proteção do planeta, com os seguintes princípios básicos: acabar com a pobreza e a fome; lutar contra as desigualdades; e, combater mudanças climáticas. Cada um dos ODS é desdobrado em metas que especificam diversos componentes relacionados àquele objetivo.

Dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, há um diretamente relacionado à saúde, o Objetivo 3: Saúde e Bem-Estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Esse ODS apresenta 13 metas (PNUD, IPEA, 2019), entre as quais o ODS 3.5, voltado para o reforço da prevenção e do tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

Porém, esse tema não se esgota na área da saúde, apresentando inter-relações importantes como, por exemplo, a interface entre saúde e segurança pública que evidencia algo claríssimo: as mortes violentas (muitas delas associadas, direta ou indiretamente, à questão do tráfico e ao domínio territorial de extensas áreas empobrecidas por facções criminosas, milícias etc.) constituem um vetor central na determinação dos padrões de morbimortalidade no Brasil e em diversos outros países, no nosso caso, com diferenciais importantes em detrimento de jovens, pobres, negros, com baixa instrução formal e inserção precária ou inexistente no mercado de trabalho formal.

Buscando abordar o cumprimento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3.5, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foi realizado em 21 de novembro de 2019, na Fundação Oswaldo Cruz, o seminário sobre Abuso de Substâncias, promovido pela Iniciativa Saúde Amanhã, no contexto da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Nesta série de Textos para Discussão, serão apresentados os quatro trabalhos elaborados para o Seminário:

1. **Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil**, Carolina Coutinho, Lidiane Toledo e Francisco Inácio Bastos, Lis/Icict/Fiocruz.
2. **Uso prejudicial de psicofármacos como problema de saúde pública**, Francisco Inácio Bastos, Jurema Corrêa Mota e Fernando Freitas, Lis/Icict/Fiocruz.
3. **Panorama sobre a política de drogas e saúde mental no Brasil: prevenção e tratamento**, Lidiane Toledo, Carolina Coutinho e Francisco Inácio Bastos, Lis/Icict/Fiocruz.
4. **Drogas e violência: equívocos e evidências**, Alba Zaluar, IESP/ UERJ.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JORDAN AE et al. Past-year prevalence of prescription opioid misuse among those 11 to 30 years of age in the United States: A systematic review and meta-analysis. **J Subst Abuse Treat.** 77:31-37, Jun 2017; doi: 10.1016/j.jsat.2017.03.007. Epub 2017 Mar 12.
- PEACOCK A. et al. Global statistics on alcohol, tobacco and illicit drug use: 2017 status report. **Addiction.** 113 (10):1905-1926, Oct 2018. doi: 10.1111/add.14234. Epub 2018 Jun 4.
- PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>>. Acesso em: 04 jan 2019.
- UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report**, 2019. Disponível em <<https://www.unodc.org/wdr2018/>>. Acesso em: 29 abr 2019.

AS DROGAS E A VIOLÊNCIA

Equívocos e evidências

Há um mistério a ser desvendado na história de países ocidentais durante o século XX que não se refere diretamente às guerras mundiais que protagonizaram. No final do século, uma onda impressionante de violência urbana irrompeu em quase todos esses países, porém com padrões diferentes dos que ocorriam no início do século. Enquanto antes predominaram os chamados crimes de sangue, cometidos principalmente entre homens conhecidos em espaços privados, a subida vertiginosa dos homicídios dos 1960 em diante afeta igualmente homens jovens, mas em crimes cometidos entre desconhecidos em locais públicos. Logo após a segunda guerra, tanto os países europeus quanto os Estados Unidos e o Brasil viveram períodos de relativa tranquilidade no que se refere aos índices de violência, com taxas de crimes relativamente mais baixas. Depois, enquanto na França e nos Estados Unidos o aumento dos crimes violentos, especialmente o assalto e o homicídio, começaram a subir rapidamente nos anos 60, chegando a dobrar no caso dos homicídios, no Brasil isso só foi acontecer no final da década de 70. Os dados são impressionantes. Na Inglaterra houve 88 agressões físicas por cada 100.000 habitantes em 1914, quando a taxa de pobreza ainda era muito alta nas cidades, subindo a partir de 1960 até atingir 600/ 100.000 habitantes em 1980 e 850/ 100.000 em 1989, o que representa um crescimento de 800%. Os roubos com violência subiram de 0,5/ 100.000 habitantes em 1914 para 50/ 10.000 em 1980, ou seja, um aumento de 10.000% na taxa; os homicídios subiram de 0,5/ 100.000 em 1914 para 1,1 / 100.000 em 1987, ou seja, um aumento de 100%. Na França, a estatística policial revela irrupção da delinquência nos anos 1960, subindo ainda mais durante os anos 1970, quando do primeiro governo socialista: no período de 1963 a 1989 houve um aumento de 20 vezes nos roubos com violência. Entre 1976 e 1986 os assaltos à mão armada aumentaram 110%, os roubos 130%, o tráfico e consumo de drogas 100% e os homicídios voluntários subiram 250% (Lagrange, 1995).

A droga e a violência tornaram-se pouco a pouco associadas à questão urbana pois o crescente uso de drogas ilegais e a crescente taxa de criminalidade sinalizaram uma correlação entre as duas, criando um cenário social que deu origem a políticas e pesquisas específicas com base nessa suposta correlação entre o uso de drogas e a violência. Mas algo não se encaixa nessa conclusão apressada. Pessoas socialmente autorizadas sempre usaram drogas em rituais ou cultos religiosos há milênios na história da humanidade. Há autores que afirmam que a agricultura foi criada pelos homens não para garantir a comida, mas para assegurar a bebida nas festividades de conagração. Mercados de drogas ilegais, uso descontrolado de drogas legais ou ilegais e redes de traficantes, estes sim são um fenômeno recente.

Primeiramente, vamos tratar de entender o que é violência? Sociologicamente, ela pode ser entendida como rivalidade sobre objetos ou objetivos desejados ao mesmo tempo e lugar, que estimulam conflitos e agressões entre humanos. Para alguns, a intencionalidade é crucial no

diagnóstico de uma ação violenta; para estes autores, os danos não intencionais não podem ser considerados violentos. A violência deve referir-se apenas a comportamentos estratégicos orientados por objetivos (Eisner, 2009). Para a maioria, no entanto, a violência não é o objetivo, mas sim a ferramenta usada para alcançar um determinado objetivo, seja fazendo mal à outra parte no conflito, ou desfrutando da recompensa psíquica advinda do risco e da transgressão presentes na situação vivida. A violência, assim definida, é mais prevalente nos homens do que nas mulheres, mais comum entre os adolescentes em determinadas regiões. Os seres humanos, principalmente os machos jovens, usam a força fornecida por dispositivos artificiais em padrões de interação em diferentes formações sociais. Outros acreditam que os seres humanos têm uma grande aptidão para o comportamento cruel, odioso, brutal e abusivo, mas também pela compaixão, cuidado, amor e solidariedade. Quais são então as circunstâncias que levam um lado da natureza humana a superar o outro?

Alguns estudos enfatizaram a importância da emoção na compreensão dos atos de violência, sublinhando o poder, a dominação e a humilhação experimentados como sendo fascinantes. Outros apontam para o prazer obtido a partir do risco envolvido e não do dano causado, concluindo que a mistura de sentimentos antagônicos é comum, enquanto o puro gozo da violência é raro (Eisner, 2009).

Aqueles que estudam a violência íntima preferem adotar uma definição mais ampla, compreendendo não só violência física, mas também o abuso financeiro, emocional e até psicológico. Este último pode ser mais prejudicial mesmo que não utilize ferramentas que provoquem danos corporais reais às vítimas e que são comumente empregadas quando se discute o nexos entre violência e drogas ilícitas.

Em segundo lugar, é preciso entender o que é definido como droga. A definição inicialmente foi feita a partir da perspectiva biomédica que cientistas sociais usaram criticamente ao optar por uma perspectiva social, econômica ou política. No debate sobre a associação entre violência e drogas, apenas as que alteram a mente são relevantes, sejam elas legais ou ilegais, pois têm mais pertinência para analisar o contexto sócio-político-econômico.

No campo biomédico, há que considerar sempre os efeitos psíquicos do uso e do abuso de drogas, quando o usuário consome compulsivamente, sem se importar com o dano que tais substâncias podem causar ao próprio corpo. Porém, as várias dimensões a considerar sobre a ingestão de drogas tornam difícil aferir os efeitos, especialmente em situações sociais que não são artificiais, como as que são controláveis em laboratórios feitas com cobaias não humanas.

Aqui começa a polêmica sobre o nexos entre drogas e violência, seja em nível psíquico-farmacológico, social ou econômico. A maioria dos estudos não consegue separar as diferentes dimensões envolvidas na explicação da violência. Os desafios a enfrentar são muitos. É difícil isolar cada fator considerado em estudos estatísticos porque dados relevantes quase sempre estão ausentes. Assim, raramente se consegue uma correlação entre cada droga e violência, o que resulta em avaliações pouco convincentes.

Há muita literatura disponível sobre a relação entre as drogas que alteram a mente e a violência durante os anos 70 e 80, usando o modelo farmacológico, demonstrando que alguns indivíduos podem, como resultado do uso a curto ou longo prazo de substâncias específicas, tornarem-se excitáveis, irracionais e violentos. No entanto, até mesmo relatórios científicos anteriores descartaram esse nexos causal no caso da maconha e de opiáceos por causa de seus efeitos calmantes.

Para provar o nexos neste caso, Goldstein (1985) muda do modelo farmacológico para o modelo socioeconômico e mostra que as prostitutas que usam heroína frequentemente roubam e / ou atacam clientes como parte da experiência de retirada da heroína.

Embora tenham sido realizadas pesquisas mais recentes sobre os efeitos bioquímicos de drogas no cérebro, novas drogas, conhecidas como novas substâncias psicoativas, estão sendo continuamente desenvolvidas. É geralmente aceito que a cannabis natural tem efeitos calmantes, mas a cannabis sintética, mais barata, é agora facilmente disponível em formas de cristal, resina e líquido e considerada muito insegura. Se usada frequentemente, pode conduzir aos sintomas de síndrome da abstinência que provocam reações violentas. As razões para usar a versão sintética da maconha não são farmacológicas, mas sim sociais e econômicas: ela custa cerca de 50% menos e é mais facilmente transportada porque não tem o cheiro característico do produto natural, dificultando a sua detecção.

Mais consenso existe no caso do nexos entre uso abusivo do álcool e violência. No seu estudo, Jeffrey Roth (1994) afirmou que, de todas as substâncias psicoativas, “o álcool é o único cujo consumo comprovadamente aumenta a agressão”. Ele mencionou uma série de pesquisas amostrais que mostravam como o agressor, a vítima ou ambos bebiam álcool antes de aproximadamente metade de todos os eventos violentos. No entanto, beber e violência só se combinam em determinados ambientes urbanos, de acordo com os padrões de beber pesado e combates que se desenvolvem entre os jovens do sexo masculino. Devido a hábitos de consumo diferentes, os cientistas comparam as culturas húmidas com as culturas secas, de acordo com o juízo moral que a bebida transmite. Nas culturas secas, as pessoas são mais propensas a beber em espaços específicos, como bares, onde a violência é socialmente aceitável ou até mesmo valorizada, quando uma discussão fica fora de controle. Em culturas húmidas, o beber social em ocasiões excepcionais ou todos os dias é aprendido a partir da infância e tende a encorajar um uso socialmente controlado, menos propenso ao abuso e à violência.

Quanto à idade, os cientistas sociais sugerem três preditores de violência entre usuários adolescentes nas cidades: o uso crônico de drogas para escapar de sentimentos que podem levar à violência (raiva, culpa, humilhação); a reprovação familiar implacável do uso de drogas pelos adolescentes; fatores sociais que os levam a demonstrar sua masculinidade bebendo pesadamente e lutando (Eisner, 2009). Em certas formações sociais, os meninos podem observar como os homens adultos combinam beber e lutar. Em casa, eles podem ter pais que argumentam usando violência. Nas ruas, eles podem ter que provar que são homens, adotando disposições de se gabar. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2011) mostrou que na América do Norte, América Latina e Caribe, taxas de homicídios entre os jovens eram quase três vezes maiores do que entre os adultos; na África a taxa era duas vezes mais elevada; e na Europa, Ásia e Oceania as taxas entre jovens e adultos foram semelhantes. É preciso, portanto, compreender os múltiplos processos individuais, culturais, sociais, políticos e econômicos que constituem o contexto urbano em que se desenvolve a personalidade, o gênero, a sexualidade e a moralidade do indivíduo, tornando mais provável o uso de meios violentos.

Embora haja um consenso crescente de que os processos neurobiológicos são dependentes do contexto social em que ocorre o consumo de álcool, alguns pesquisadores destacam os efeitos do abuso crônico de substâncias. Para esses pesquisadores, os efeitos temporários do abuso podem desencadear a violência em determinadas situações sociais, induzidas por predisposições que aumentam o risco de agressão. A agressão na primeira infância é um preditor de consumo tar-

do de álcool e está associada a um risco acima da média de comportamento violento na idade adulta (Roth, 1994).

Recentemente, mais pesquisas foram feitas sobre a questão da violência doméstica em um meio urbano menos coeso, principalmente contra mulheres e crianças vulneráveis. Alguns autores afirmam que mulheres e homens que foram abusados como crianças são mais propensos a desenvolver problemas com drogas e ter baixa autoestima, e, por sua vez, tendem a reproduzir relações violentas com parceiros abusivos. Além disso, o debate ampliou o escopo de interfaces entre álcool e violência, que aponta não só para diversos cenários sociais, mas também para os significados subjetivos dessa droga. Estudos têm demonstrado que as vítimas de violência doméstica têm níveis mais elevados de consumo de álcool do que as não vítimas e que o risco de violência tende a aumentar em conjunto com o aumento do consumo de álcool. Outros autores afirmam que as mulheres que usam drogas que alteram a mente tornam-se mais vulneráveis à vitimização tanto da violência doméstica quanto da agressão sexual. Alguns sugerem que as mulheres bebem para lidar com o abuso.

No entanto, os pesquisadores advertem contra os perigos de nomear o álcool como a principal causa da violência. As vítimas ou perpetradores podem usar a substância como justificativa para a agressão sofrida ou responsabilidade dele. Alguns estudos afirmam que as mulheres culpam o álcool pela violência de seu parceiro como uma forma de autoproteção psíquica. Galvani (2007) descobriu que a maioria das mulheres não acusou o álcool pela violência de seu parceiro, mas reconheceu uma ligação entre sua bebida e sua vitimização. Na verdade, esses estudos enfatizam que o álcool não é a única causa para perpetrar ou sofrer violência e que isso deve ser esclarecido individual e culturalmente. Embora o álcool desempenhe um papel nos eventos da violência íntima, não deve ser demonizado uma vez que não é o único partido culpado. Famílias de vítimas e perpetradores, bairros e redes pessoais, incluindo organizações de trabalho religioso ou social também têm alguma influência sobre este resultado. No caso de outras drogas, como anfetaminas, cocaína, crack e LSD, que estão aumentando em popularidade em ambientes urbanos, os resultados acerca de seus efeitos farmacológicos sobre a violência estão longe de serem robustos. A doença mental pré-existente é muitas vezes culpada por surtos violentos em certos indivíduos. Nem todo o consumo de droga é necessariamente problemático, isto é, gerando dependência, sobredosagem, neuropatias periféricas, sintomas de abstinência, acidentes e / ou agressões. De acordo com o mais recente relatório anual do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013), entre 167 e 315 milhões de pessoas em todo o mundo entre 15 e 64 anos que usam substâncias ilícitas, menos de 10% estão na categoria de “uso problemático” e são, portanto, mais propensos a ser vítimas ou infratores de atos violentos. O número total de usuários é provavelmente subestimado, uma vez que os usuários de drogas são criminalizados em muitas partes do mundo e tendem a se esconder de pesquisas. Os fatores econômicos, sociais e institucionais são mais utilizados para associar as drogas ilegais à violência, seja no nível microssocial ou macrossocial. O modelo microssocial concentra-se no consumo compulsivo de toxicod dependentes que os leva ao crime violento, quer para obter dinheiro para comprar as drogas, quer para a autodefesa em locais comerciais desconhecidos e como uma reação aos vendedores de drogas ameaçadores de rua. Essa estrutura também enfatiza os efeitos combinados da dependência e do alto consumo para afirmar uma relação causal entre o uso de drogas e a violência. Efeitos da proibição nas perspectivas micro e macrossociais. As disputas recorrentes também envolvem organizações e os arranjos dos vendedores ambulantes e fornecedores do comércio atacadista, onde a concorrência é comum devido aos altos preços das drogas ilegais.

O modelo sistêmico / macrossocial enfatiza os efeitos do comércio ilegal de drogas, que às vezes promove uma concorrência acirrada entre traficantes e inevitavelmente leva à violência na hora de cobrar dívidas. Essa perspectiva é mais comum entre aqueles que entendem que o crime organizado no tráfico de drogas é a principal razão para o crescimento da violência urbana e taxas de homicídio. O argumento é que as políticas de drogas do século passado se basearam na ideologia de um mundo livre de drogas, e estas têm consequências contraproducentes em muitos níveis diferentes, do privado ao público, do indivíduo ao estado, da saúde à segurança, bem como a nível jurídico.

Esse argumento tem sido frequentemente invocado no debate sobre se a pobreza, a desigualdade e a exclusão podem explicar por que os jovens carentes usam e vendem drogas. No continente americano, essa explicação ainda é popular entre os que estudam a violência urbana, as gangues criminosas e as tripulações ligadas ao tráfico de drogas nas áreas mais pobres de pequenas ou grandes cidades. Há abundância de literatura sobre o assunto enfatizando diferentes dimensões disponíveis para compreender o caráter, a postura, as práticas ou o ethos desses jovens. Ward (2013), em particular, nos oferece uma visão importante sobre a organização de gangues em cidades americanas. Martin Jankowski (1991) sublinha alguns traços sociopsicológicos que descrevem um típico membro de gangues: um personagem individualista desafiante, composto de competitividade, desconfiança, autoconfiança e isolamento social. Ele considera essas características derivadas da pobreza, isto é, a escassez de meios de sobrevivência que leva os meninos pobres ao tráfico de drogas.

Anderson (1999) vê uma questão central diferente e enfatiza o sentimento de alienação da sociedade dominante e de suas instituições sentidas pelas crianças negras do centro da cidade. Onde termina a influência da polícia e onde começa a responsabilidade pessoal pela auto-preservação, encontra-se o código da rua. As gangues do gueto adquirem uma cultura de oposição ou contra a lei que glorifica o sexo, as drogas, a violência, o poder das armas e o dinheiro, como muitas vezes retratado nas letras da música rap popular.

Bourgeois (2002) também enfatiza o caráter oposicionista do que ele chama de cultura urbana do centro da cidade ou uma rede complexa e conflitiva de crenças, modos de interação, valores e símbolos. Essa cultura não é uma ideologia política consciente e organizada, mas um “conjunto de práticas rebeldes” espontâneas que é paradoxalmente recuperado e comercializado pela cultura dominante. Embora com base em um desejo de respeito, as atividades criminosas das gangues têm o efeito oposto. Seu estilo de vida de violência, abuso de substâncias e raiva internalizada produz degradação pessoal e ruína na comunidade. Anderson e Bourgeois (1999 e 2002) admitem que o gueto é internamente diverso e que há também muitas famílias respeitáveis e cidadãos legítimos nele. Zaluar (2014), focou nos processos sociais como regras informais ou práticas de atores, apelos às formações subjetivas da violência e ao lugar do homem no poder, isto é, como essa concepção de masculinidade se relaciona com exposições de poder baseado em armas. Ela também discute processos institucionais, como a violência policial contra os pobres em geral e a violência entre os jovens pobres que dominam as favelas no Rio de Janeiro através do cano de uma arma. O Estado de Direito nestas áreas é frágil e o Estado brasileiro nunca teve o monopólio da violência legítima.

Wacquant (2009) aborda as determinações macrossociais das atuais políticas neoliberais. Seu uso do habitus, conceito que Bourdieu e Elias usam para denotar práticas que são manifestações de disposições parcialmente inconscientes, destacam as estruturas macrossociais. Ele associa

essas práticas a uma longa história de discriminação racial e à recente e precária obra neoliberal da subclasse do gueto nos EUA, onde a pobreza urbana é a pobreza racial. No entanto, nem todo o tráfico de drogas ilegais é violento. Uma série de estudos revelam diferenças entre bairros dentro da mesma cidade, entre cidades dentro do mesmo país e entre países.

Em menor escala, Coomber (2015) comparou duas cidades, Plymouth e Southend, na Inglaterra, que compartilhavam muitas características semelhantes, mas diferiam na questão da violência no mercado de drogas. Em Plymouth, a maioria dos vendedores de drogas no nível da rua eram habitantes locais viciados em heroína que vendiam drogas para comprar drogas. No entanto, gangues de traficantes de Liverpool nas proximidades controlavam esses negociantes/usuários (*user-dealers*). Membros do grupo transportaram a heroína para Plymouth, onde um atacadista redistribuía a droga entre um grupo de usuários confiáveis. O atacadista, no que é geralmente referido como “cuco”, criaria seu negócio dentro da casa de um usuário de drogas em troca de drogas gratuitas, assegurando que as dívidas de outros clientes fossem resolvidas. As gangues de Liverpool também frequentemente mudavam seus atacadistas para evitar a concorrência entre eles. Guerras pelos pontos de venda não eram, portanto, um problema, e a violência era rara. Em Southend, por sua vez, a maioria dos vendedores de drogas de rua eram jovens não-viciados de fora da cidade, que transportavam heroína e *crack* apenas para obter lucro. Eles viajavam para o sul de Londres para fazer seus negócios nas ruas. A violência era frequente por causa da concorrência entre gangues rivais para fornecer heroína e *crack* para os usuários locais. Coomber conclui que a violência relacionada à droga é contingente a uma mistura de culturas locais de oferta, racionalidade e estruturas, bem como características do fornecedor.

Uma perspectiva macrossocial ou sistêmica também deve considerar o crescimento de culturas ilegais, o desenvolvimento de redes de distribuição ilegais, do comércio atacadista ao comércio varejista, e as formas de evitar a repressão ou controle policial. Tais tarefas exigem “habilidades ilegais” especiais usadas para desenvolver organizações empresariais ilegais e todo o apoio necessário para proteger o negócio ilegal do controle legal ou da repressão, contratando simultaneamente forças de execução e resolução de conflitos dentro de organizações criminosas. Como afirma Thoumi (2003): “devem ter a vontade de romper leis e regulamentos econômicos e usar a violência se necessário”. Mais do que pobreza, é a oposição ao Estado de Direito que liga o tráfico e a violência.

Os debates políticos atuais abordam os custos da guerra contra as drogas e os possíveis efeitos da descriminalização ou da legalização de certos medicamentos. O Grupo de Peritos da LSE sobre a Economia da Política de Drogas (2014) publicou um importante documento que discute quais as metas que a proibição e legalização devem ter. Um comentarista diz que o objetivo da proibição não deve ser erradicar completamente os mercados maduros de drogas, mas minimizar a atividade enquanto controla os danos colaterais. Outra considera que tal política não se aplica aos países produtores e de trânsito onde muitos dos seus custos colaterais são inevitáveis, onde a violência é desenfreada e ameaça a governabilidade e a própria democracia. Ambos criticam as políticas do lado da oferta que os EUA e seus parceiros nos países produtores e de trânsito, principalmente na América Latina, defendem de forma agressiva, afirmando que as políticas de erradicação e interdição não só fracassaram, mas também se revelaram altamente desestabilizadoras para esses países. Peter Reuter examina a “hipótese do efeito balão”, que postula que a interdição ou erradicação da oferta em uma área simplesmente a desloca para outra, “sem mais do que um inconveniente temporário para os participantes”. Outro analisa a situação

das Populações de Deslocados Internos (IDPs) criadas pelas guerras da droga nos países latino-americanos, afirmando que a legalização por si só não diminuirá seu sofrimento e que eles serão devolvidos às suas casas, acompanhados de grandes reinvestimentos em saúde, educação e transporte a infraestrutura. Outros ainda estudam os custos constitucionais da guerra contra as drogas, denunciando que as mudanças legais destinadas a reforçar a proibição consistem em grandes alterações nos sistemas constitucionais nacionais, criando regimes jurídicos excepcionais. Outros examinam o crescimento explosivo do encarceramento em massa nos Estados Unidos, que agora representa um determinante importante da saúde da população, e está aumentando em muitos países em desenvolvimento com mercados de drogas em expansão.

Inicialmente, os cientistas sociais que escreveram sobre substâncias que alteram a mente e que, hipoteticamente, viciam, enfatizaram a longa interação humana com tais drogas, datando o uso há mais de 10 mil anos, sem explicar este uso por uma patologia. Ao contrário, descreveram como o consumo de álcool e outras drogas psicoativas estava restrito a ocasiões festivas que exigiam mais sociabilidade, aumentavam a solidariedade e diminuía os conflitos sociais entre os participantes, isto é, o uso acontecia em contextos rituais temporários e controlados socialmente. Geralmente esses rituais eram realizados após um período de trabalho árduo e serviam para comemorar o sucesso na caça, plantio ou colheita de alimentos, além de outros eventos extraordinários como casamentos, coroação de monarcas, rituais de passagens para homens e mulheres, etc. (Singer, 2012). Não registravam o uso problemático ou descontrolado dessas substâncias, portanto sem patologia ou mesmo problema social. Para eles, o uso de drogas psicoativas ficava restrito a pessoas específicas durante um período limitado para certos fins rituais. Sua abordagem era holística, tratando as culturas como unidades delimitadas com valores coletivos e regras que tinham que ser entendidas de acordo com a perspectiva do relativismo cultural. Mesmo quando estudavam sociedades onde o consumo excessivo era observado, abstinham-se de estudar os efeitos sobre a saúde e as relações sociais pelo receio de praticar etnocentrismo.

As primeiras substâncias psicoativas mencionadas na literatura das ciências sociais foram as alcoólicas. O processamento e o consumo de cerveja, segundo esses estudos, permeiam muitas culturas desde o Neolítico, o que fomentou um debate sobre se os povos primitivos estavam domesticando grãos, uma mudança crucial na história humana, para fazer cerveja ou fazer pão. Além de ser alimento importante no Egito há mais de 5.000 anos, a bebida foi detectada entre pessoas em todos os continentes, usada durante rituais para homenagear os mortos, para a saúde e fertilidade do povo, da terra e da natureza, e como bem para as trocas baseadas na reciprocidade. Os antropólogos concordam que a cerveja une as pessoas e serve para reforçar a hospitalidade social e o comunitarismo durante as atividades cerimoniais e cotidianas. É um marcador cultural comum de riqueza e *status*; pode representar um pagamento de tributo aos chefes e é essencial na redistribuição da riqueza (Arthur, 2014). A cerveja é bebida por muitas razões, mas é principalmente bebida para o trabalho cooperativo. Várias pessoas preferem plantar e colher suas colheitas ou construir casas com trabalho compartilhado, e a cerveja faz parte do pagamento por este trabalho. Em ambientes urbanos, a cerveja é considerada a bebida mais apropriada para ocasiões informais e orientadas ao relaxamento, especialmente nos locais não domésticos. Os lugares para beber também são descritos na literatura antropológica como socialmente integrativos, onde as interações sem classes, nas quais as distinções operam em padrões diferentes daqueles da sociedade fora de suas paredes. Estes locais especializados para a bebida são apresentados como locais de interação social mais fácil.

Contudo, embora os cientistas sociais tenham observado que há muita discordância cultural e religiosa em relação ao álcool, poucos falam sobre o consumo excessivo dele. Mesmo assim, a literatura sobre a violência masculina analisa como esta explode nos lugares onde os homens se encontram habitualmente – bares, botecos, *pubs*, tavernas – e onde a embriaguez costuma ocorrer.

O vinho, cuja história remonta há pelo menos 8.000 anos, é também bebida consumida largamente no planeta, porém com significados variados no tempo e no espaço. Potes usados para bebê-lo foram encontrados na China, no Irã e na Geórgia, além dos países europeus. Como outras bebidas usadas em rituais religiosos, o vinho tinha forte significado espiritual. Associado ao sangue pelos antigos egípcios e incorporado na Eucaristia pelo cristianismo na bebida identificada ao sangue de Cristo, o vinho representava metaforicamente o masculino, o potente, o lado espiritual do ritual. Ao contrário, no culto grego de Dionísio e nas bacanais dos romanos, o vinho representa o prazer mundano festivo, usado exageradamente por todos os participantes.

Apesar de sua ligação histórica com a religião, o vinho é também um alimento profano cuja produção e consumo mudaram significativamente. Diz-se que uma nova cultura do vinho teria surgido na década de 1980, pois se tornou assunto para discussão e avaliação por especialistas em publicações cada vez mais numerosas e criaram-se lugares dedicados ao consumo, associações de consumidores, festivais e clubes para se beber vinho. O sucesso de tais iniciativas ilustra o declínio da cultura familiar tradicional do vinho e o surgimento de nova cultura emblemática e fragmentada, no contexto de uma sociedade desintegrada e mais individualista. O que estes consumidores de vinho têm em comum é a necessidade de expressar o conhecimento que têm da bebida e partilhar os prazeres associados ao consumo dela. Desse lugar exclusivo para tais trocas simbólicas gerou-se uma cultura de vinho elitista que separou os conhecedores dos amadores, excluindo assim os bebedores comuns (Chantal, Demossier e Techoueyres, 2004). A democratização do consumo de vinho nas tabernas durante a França do século XIX foi seguida por cultura e consumo elitista que contribuiu para a hierarquização da sociedade, mas não para o vício. No entanto, Roland Barthes (1972), analisando a cultura popular francesa, descreve o vinho como bebida totêmica, um símbolo da identidade francesa, em que “a embriaguez é uma consequência, não o objetivo; a bebida é usada para ser apreciada e não é um fim em si mesma”. Porém, a embriaguez não deixou de ocorrer em ambientes elegantes, provavelmente só porque alguém se deixou levar por Baco (deus do vinho). Nesse contexto social, não há preocupação com o abuso de álcool.

Alguns pesquisadores sociais distinguiram as sociedades europeias no consumo de álcool. Em certos países do sul da Europa, o álcool, principalmente o vinho, é tradicionalmente um elemento aceito, moralmente neutro da vida cotidiana, e o local de consumo se sobrepõe e se funde com o mundo cotidiano, assim como o consumo de álcool está integrado a comportamentos comuns como dormir ou comer (Martinez & Martin, 1987). Nos países do norte da Europa, onde há uma relação ambígua, ambivalente ou conturbada com o álcool, principalmente cerveja e bebidas destiladas, devido à condenação moral de beber, os locais de consumo são mais propensos a serem estabelecimentos fechados, com paredes e portas pesadas, de forma a manter sigilosa as atividades dos clientes (Campbell, 1991). Os cientistas sociais não avaliaram as diferentes prevalências de abuso nesses tipos de sociedades. Mas um relatório para a Comissão Europeia (SIRC, 1998) afirmou que as culturas “integradas” do Mediterrâneo apresentaram significativamente menos problemas relacionados ao álcool. Já as crenças e expectativas negativas

ou inconsistentes encontradas principalmente em culturas de bebida ‘secas’, ‘nórdica’ ou ‘moralmente ambivalentes’ estão associadas a níveis mais altos de problemas relacionados ao álcool. O contágio de estilos desequilibrados de beber cerveja e destilados também foi analisado: a influência das culturas ‘ambivalentes’ do norte nos que bebem cerveja ou vinho nas culturas ‘integradas’ meridionais está aumentando e se associa a mudanças potencialmente prejudiciais em atitudes e comportamentos (por exemplo, a adoção de mais comportamento abusivo entre jovens do sexo masculino na Espanha). Evidências históricas sugerem que as tentativas de refrear os excessos antissociais associados a uma bebida “alienígena” por meio de restrições draconianas ao álcool, por si só, provavelmente resultam na associação de tal comportamento com a bebida nativa “benigna” e um aumento geral na ingestão dela (SIRC, 1998).

A abordagem macrossocial e política das drogas psicoativas hoje consideradas ilegais focaliza outras questões que vão compor o quadro histórico do uso delas. Desde o século XIX, como consequência do colonialismo, as drogas usadas ritualmente passaram a ser produzidas em grande escala e começaram a existir como mercadorias globais, vendidas como remédios ou drogas do prazer, às vezes até patrocinadas pelo poder colonial. É quando a questão do excesso, do abuso, da dificuldade de controle individual e social surgiram como problemas graves a serem enfrentados. As questões geopolíticas se tornaram importantes para entender o que estava acontecendo no nível local, ou seja, como o significado de algumas drogas mudava devido à interferência ideológica e política do seu significado. O problema das drogas e do vício torna-se então político e ideológico, exigindo um escopo mais amplo do que aquele geralmente dado para estudos etnográficos microssociais, ou seja, tornando o consumo de drogas psicoativas o resultado da interação entre aspectos biológicos, psíquicos e sociais. O problema político das drogas, nessa perspectiva, exige uma análise cuidadosa dos discursos ideológicos que ganharam apoio geral e se naturalizaram, por assim dizer, nas definições das substâncias em questão (MacRae, 2008) e a montagem de políticas públicas eficazes para minorar os problemas do abuso.

O significado social do ópio, por outro lado, de acordo com essa corrente, transformou-se e aponta para os efeitos destruidores da erradicação e do proibicionismo, um outro tipo de violência. Como forma de remunerar trabalhadores pelo seu trabalho durante o século 15, assim como um medicamento prescrito por médicos durante o século 19, virou uma droga perigosa definida por políticos dos países poderosos, os quais incluíam seus derivados na nova definição: heroína, morfina, codeína, etc. Antropólogos que estudaram a mudança do significado da droga ao longo do tempo e do espaço contam essa história que termina no século XX com uma substância híbrida: remédio contra a dor que poderia viciar e droga politizada ameaçadora, uma questão geopolítica. Os processos econômicos e políticos que ocorreram em meados do século XIX, incluindo o colonialismo mercantil britânico, fizeram do ópio uma substância vendável e, conseqüentemente, a produção de ópio aumentou. O consumo prosperou na China após a Guerra do Ópio durante a qual a Grã-Bretanha impôs o uso do ópio para garantir a venda do produto vindo de suas colônias asiáticas.

Os antropólogos, que adotaram o ponto de vista crítico e são contra a guerra global às drogas, concentraram a análise nos efeitos destruidores decorrentes da destruição das plantações de ópio entre os moradores. Segundo eles, em áreas do sudeste da Ásia, o ópio introduziu uma nova e relativamente estável fonte de riqueza, facilmente armazenável ou convertida em dinheiro, concedendo aos camponeses de pequena escala grande autonomia quanto a quando e onde vender seus produtos. Após a proibição de plantar a papoula de onde é extraído o ópio, eles foram con-

vencidos a cooperar com o governo e começaram a proclamar os males do cultivo da papoula e a expulsar os “viciados em ópio” de suas vilas. Os efeitos sociais foram considerados desastrosos devido à quantidade de riqueza anteriormente disponível para os agricultores: as possibilidades que os aldeões tinham de conseguir uma esposa por meio do dote, as dificuldades de encontrar outra plantação que crescesse bem nas montanhas e, principalmente, a presença dos militares nas aldeias e nos seus campos (Gillogly, 2008).

Outras questões esclarecedoras vêm, portanto, da economia política das drogas e dos vícios na perspectiva da sociologia crítica. Para Jack Goody (1982) a importância da cultura deve ser reconhecida, mas o estudo de alimentos e bebidas deve envolver a pesquisa histórica e a abordagem da economia política, tanto no nível micro da família e vizinhança, quanto no nível macro que inclui os mercados e o estado.

Para conter o uso descontrolado permitido pelo mercado, foi feito um esforço contínuo para controlar a força de trabalho europeia e americana através de políticas dissuasivas, e a preocupação com o vício apareceu. Durante o século 20, a proibição de várias drogas foi implementada, começando com o álcool nos Estados Unidos. As drogas estavam então no processo de se tornar mercadorias amplamente disponíveis vendidas em mercados formais ou informais, e usadas por qualquer pessoa que pudesse comprá-las em todos os lugares. A apreensão com o uso descontrolado e suas consequências sobre o estudo, a família e o trabalho geraram leis para restringir ou mesmo criminalizar o comércio e o uso de substâncias psicoativas que provocavam o desejo de uso repetido.

De acordo com a perspectiva do interacionismo que estuda pequenos grupos na sociedade moderna altamente diferenciada, isto é, subculturas ou etos sociais, o ato de consumir drogas é uma ação social. E aprender através da socialização de grupo com quem, o que, como e quando usar é a melhor maneira de controlar o consumo e prevenir o abuso. Em estudos etnográficos urbanos recentes, como os de Howard Becker, o argumento é que os usuários aprendem dentro do grupo quando, onde e quanto usar a droga, evitando comportamentos inconvenientes que não são socialmente aprovados (Becker, 1963). As pessoas aprendem a usar drogas de acordo com certas regras que incluem a ingestão de um certo limite e a condição de que as drogas, mesmo as ilegais, não afetam sua vida profissional e privada. Eles simplesmente continuariam com suas vidas sem problemas. Se alguém no grupo de usuários excedesse o limite, os outros teriam os meios para lidar com essa situação indesejada.

Um estudo epidemiológico, comparando as práticas de consumo de álcool entre dois grupos étnicos – o Navaho e o Hopi – mostrou contra intuitivamente que as taxas de mortalidade por cirrose eram menores entre Navajo, onde se esperava que os homens fossem bebedores pesados, do que entre os Hopi, onde se condenava o consumo de bebidas alcoólicas e se rejeitava os viciados. Esses efeitos foram associados à desaprovação dos últimos em relação ao comportamento de beber álcool e à exclusão dos adictos na convivência social (Levy & Kunitz, 1969). Em outras palavras, a desobediência individual às restrições socialmente compartilhadas relativas à bebida alcoólica que resulta na exclusão de transgressores é mais perigosa e leva a mais consumo excessivo de álcool e doenças do fígado do que o consumo coletivo socialmente esperado com a aceitação dos que bebem muito.

Nas últimas décadas, algumas disciplinas passaram, portanto, a integrar conhecimentos das neurociências e das ciências sociais e humanas, entre elas a neuroantropologia, a fim de compreender os nexos entre aspectos culturais e o funcionamento cerebral. Trata-se de uma nova

abordagem que visa estabelecer um diálogo entre cultura e biologia, reunindo teorias e métodos de diferentes ciências. A abordagem neuroantropológica objetiva preencher lacunas de teorias reducionistas que simplificam questões complexas como a dependência de substâncias, que emergem da interação de fatores neurobiológicos e socioculturais. Essa disciplina possui caráter interdisciplinar e possibilita a aplicação de conhecimentos de distintas áreas na resolução de problemáticas que impactam a vida humana. Trata-se de uma abordagem integrada baseada em evidências que possibilita não apenas a compreensão das convergências de processos cerebrais e variáveis ambientais, mas que também pode fundamentar estratégias mais eficazes de intervenção, como o arranjo de contingências propícias ao desenvolvimento saudável (Lende & Downey, 2012).

Apesar da recente aproximação entre a neurociência e a antropologia, há abordagens teóricas divergentes entre elas, visto que na antropologia não se põe o indivíduo num ambiente previamente organizado do qual recebe estímulos como acontece nas experiências de laboratório, mas em redes de interação social já em fluxo em que, como resultado das trocas simbólicas e materiais entre as pessoas presentes nelas, o ambiente pode ter significados ou cenários diferentes e sempre mutáveis. Partindo do ponto de vista comum de que o cérebro é o mediador dessa interação entre o organismo individual ou a pessoa, termo mais usado por antropólogos, com o ambiente ou o contexto social, que possibilita o tráfico bidirecional que nos constitui como humanos, há claras diferenças teóricas que precisam ser mais bem discutidas.

Hoje, neurocientistas sabem que a atividade neural depende tanto do organismo individual quanto do ambiente sociocultural. Mas é preciso esclarecer como se conceitua cada um deles e como se concebe a sua interação bidirecional. No debate atual na neuroantropologia, ainda fazem sucesso as teorias antropológicas já pouco usadas do estruturalismo, do culturalismo e do funcionalismo. Na antropologia contemporânea, não se faz mais comparação reduzida a poucos traços entre o que seria a cultura ocidental (individualista) e a cultura oriental (relacional e hierárquica ou holista). Ao contrário, as culturas não são sistemas rígidos ou cristais definidos com limites claros, mas arranjos dinâmicos de ordens e de conflitos, de acordos e de tensões constitutivas, como a tensão entre os interesses e paixões individuais e os bens coletivos. Também não se põe mais o indivíduo ou o seu *self* no centro da reflexão justamente porque os *selves* sociais, de um mesmo indivíduo, são múltiplos e contextualmente definidos ou negociados na interação. As formas de recompensa nos cérebros individuais são, portanto, múltiplas e contextuais, surgindo da interação interpessoal e social.

Essa complexa interação de variáveis biológicas e psicossociais se relaciona a comportamentos como o abuso de drogas, que ocorre mais frequentemente quando o usuário tem a companhia de pares que se envolvem juntos nesse comportamento de risco. O apoio mútuo quando há uso em grupo torna-se um benefício em si mesmo. Ter amigos que usam drogas de maneira abusiva serve como poderosa força cultural para a experimentação contínua e a adaptação de comportamentos de risco. Bourgois, estudando usuários de heroína nos Estados Unidos, nos conta como eles construíram um equilíbrio precário de solidariedade mútua e traição interpessoal no que ele chamou de economia moral do compartilhamento (Bourgois & Schonberg, 2009). Jovens apresentam maior necessidade e sensibilidade aos vínculos, e, caso o uso de drogas seja um critério para pertencer a um determinado grupo, muitos se mostram dispostos a cumpri-lo. O comportamento de uso de drogas, portanto, não se resume aos efeitos farmacológicos; muitas vezes, tem por finalidade a filiação a um grupo e posição social. É por isso que fatores como o

acolhimento social e vínculos com a família e a escola se relacionam à redução de problemas associados ao uso de substâncias (Hart, 2014).

Pesquisas sobre resiliência e seus componentes neurais mostram que o ambiente onde ocorre o desenvolvimento inicial de uma pessoa desempenha papel crucial no desenvolvimento de vulnerabilidades predisponentes a comportamentos de risco como o abuso de substâncias. Esses estudos demonstram que acontecimentos nas fases iniciais da vida podem moldar a maneira como as pessoas respondem neural e fisiologicamente a eventos futuros. Ou seja, contextos sociais adversos e experiências traumáticas podem afetar estruturas e funções cerebrais e aumentar as chances de problemas comportamentais durante a vida. Por outro lado, ambientes positivos e relações de cuidado nas fases iniciais do desenvolvimento representam fatores de proteção em relação a transtornos como os relacionados ao abuso de drogas (Bick & Nelson, 2015; McCrory & Mayes, 2015; Woods-Jaeger et al, 2018).

Esses comportamentos de risco são predispostos pela interação entre fatores biológicos e sociais. Por exemplo: a monoamina oxidase A (MAOA) é uma enzima que metaboliza diversos neurotransmissores essenciais para o controle de impulsos, atenção e outras funções cognitivas, incluindo a dopamina, a noradrenalina e a serotonina. Uma menor quantidade de MAOA gera efeitos como a interrupção do funcionamento normal de outros neurotransmissores e, por conseguinte, aumenta a probabilidade de uma série de problemas como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, impulsividade, uso abusivo de substâncias, entre outros. Uma importante descoberta foi a correlação entre baixos níveis de MAOA e maus-tratos severos na infância. Vulnerabilidades como herança genética, má nutrição, traumas encefálicos decorrentes de agressões nos primeiros anos de vida, negligência, humilhação, rejeição familiar, pobreza extrema, exposição pré-natal e indução precoce ao uso de álcool, tabaco e outras drogas, ausência completa de cuidados, entre outros fatores, podem gerar uma série de outras alterações estruturais e funcionais no cérebro, modificar o funcionamento de neurotransmissores, prejudicar funções cognitivas e, assim, predispor as pessoas a comportamentos prejudiciais a saúde física e psicológica e que podem ocasionar danos à sociedade em geral. Ou seja, experiências adversas no início da vida estão associadas ao aumento do risco de abuso de drogas e outros transtornos na vida adulta, pois ocorrem em uma época em que regiões cerebrais importantes para o funcionamento executivo ainda se encontram em desenvolvimento. As ciências biológicas são importantes para a compreensão dessas problemáticas, visto que variáveis genéticas e neurobiológicas estão envolvidas; e as ciências sociais, por sua vez, são importantes na medida em que fatores sociais podem produzir mudanças biológicas. Em nível de prevenção e tratamento, tendo-se em vista que o ambiente social modera ou altera a atuação dos fatores biológicos, a chave é desvendar quais influências ambientais interagem com quais fatores biológicos para causar os comportamentos.

As evidências aqui descritas indicam que a violência não é explicada pela adição ou o abuso de drogas, mas ao contrário, a violência nas relações sociais das pessoas explica o curso de suas trajetórias como usuários contumazes e abusivos.

1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Elijah. **Code of the Street**. New York: W.W. Norton & Company, 1999.
- ARTHUR, John M. Beer through the Ages: The Role of Beer in Shaping Our Past and Current Worlds. **Anthropology Now**, posted at September 29, 2014. Available at: <<http://anthronow.com/print/beer-through-the-ages-the-role-of-beer-in-shaping-our-past-and-current-worlds>>.
- BARTHES, Roland. **Mythologies**. London: Paladin: 1972.
- BECKER, Howard. **Outsiders, studies in the sociology of deviance**. New York: The Free Press, 1963.
- BICK, J., & NELSON, C. Early Adverse Experiences and the Developing Brain. **Neuropsychopharmacology**, 41(1), pp.177-196, 2015.
- BOURGOIS, Philippe. **Selling crack in el barrio**. New York: Cambridge University Press, second edition, 2002.
- BOURGOIS, Philippe and SCHONBERG, Jeffrey. **Righteous Dopefiend**. Berkeley, London: University of California Press, 2009.
- CAMPBELL, Mary Ann. Public drinking places and society. In Pittman & White. **Society, Culture and Drinking Patterns Reexamined**. New Brunswick: Rutgers Center for Alcohol Studies. 1991.
- COOMBER, Ross. A Tale of Two Cities: Understanding Differences in Levels of Heroin/Crack Market-Related Violence. **Criminal Justice Review**, vol. 40 no. 1: 7-31, 2015.
- CRENN, CHANTAL; DEMOSSIER, MARION; TECHOUEYRES, ISABELLE. Wine and Globalisation: foreword. **Anthropology of food** [Online], 3, December 2004, Online since 01 December 2004. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aof/308>>.
- EISNER, Manuel. The Uses of Violence: An Examination of Some Crosscutting Issues. **International Journal of Conflict and Violence**, Vol. 3 (1), pp. 40 – 59, 2009.
- GALVANI, Sandra. Safety in numbers? Tackling domestic abuse in couples and network therapies. **Drug and Alcohol Review**, 26, pp175-181, 2007.
- GILLOGLY, Kathleen A. Opium, power, people: Anthropological understandings of an opium interdiction project in Thailand. **Contemporary Drug Problems** 35/Winter, pp.: 679-715, 2008.
- GOLDSTEIN, Paul J. The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework. **Journal of Drug Issues**, 39: 143-174, 1985.
- GOODY, Jack. **Cooking, Cuisine and Class**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HART, C. **Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- JANKOWSKI, Martin. **Islands in the Street: gangs and American urban society**. Berkeley: University of California Press, 1991.
- LAGRANGE, Hughes. **La Civilité a l'Épreuve: Crime et Sentiment d'insécurité**. Paris, Presses Universitaires de France, 1995.
- LENDE, D., & DOWNEY, G. Neuroanthropology and its applications: an introduction. **Annals of Anthropological Practice**, 36(1), pp.1-25, 2012.
- LENDE, D., & DOWNEY, G. **The Encultured Brain: An Introduction to Neuroanthropology**. Cambridge: MIT Press, 2012.

- LEVY, JE; KUNITZ, SJ. Notes on some White Mountain Apache social pathologies. **Southwestern Journal of Anthropology**. 1969;25:124–152.
- LSE Expert Group on the Economics of Drug Policy. **Ending the Drug Wars Report**. London London School of Economics, 2014.
- MACRAE, Edward J. B. N. The Religious Uses of Licit and Illicit Psychoactive Substances in a Branch of the Santo Daime Religion. **Fieldwork in Religion** (Print), v. 2.3, p. 393-414, 2008.
- MARTINEZ , ROSA MARIA e MARTÍN, LUISA. Patrones de consumo de alcohol en la comunidad de Madrid. **Comunidad y Drogas**, 5-6: 39-62, 1987. Disponível em: <<http://www.pnsd.msc.es/en/Categoria2/publica/pdf/pndcomunidad5-6.pdf>>.
- MCCRORY, E. & MAYES, L. Understanding Addiction as a Developmental Disorder: An Argument for a Developmentally Informed Multilevel Approach. **Current Addiction Reports**, 2(4), pp.326-330, 2015.
- ROTH, Jeffrey A. Psychoactive Substances and Violence. **Research in Brief Series**, Department of Justice, U.S. Department of Justice. 1994.
- SINGER, Merrill. Anthropology and addiction: an historical review. **Addiction**, 107, 1747–1755, 2012. Doi: 10.1111/j.1360-0443.2012.03879.
- SIRC. **Social and Cultural Aspects of Drinking**, a report to the European Commission, Social Issues Research Centre: London, 1998.
- THOUMI, Francisco. **Illegal Drugs, Economy, and Society in the Andes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- WACQUANT, Loïc. **Deadly Symbiosis: Race and the Rise of Neoliberal Penality**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- WARD. T. W. **Gangsters without Borders**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- WOODS-JAEGER, B., et al. Promoting Resilience: Breaking the Intergenerational Cycle of Adverse Childhood Experiences. **Health Education & Behavior**, 45(5), 772-780, 2018.
- ZALUAR, Alba. Sociability in crime: Culture, form of life or ethos? **Vibrant**, v.11 n.2: 12-43, 2014.